

# EUA também em crise, diz jornal

44

O New York Times publicou ontem o seguinte editorial, sob o título "É a crise da dívida norte-americana também":

"Item: Com ajuda do Morgan Guaranty, o México está promovendo um plano para trocar uma parte de sua dívida junto aos bancos estrangeiros por títulos garantidos por bônus norte-americanos.

Item: O Brasil, após se recusar durante um ano a pagar juros aos bancos comerciais, muda de atitude e promete cooperar com os credores.

Estes dois itens parecem ser fatos marcantes, sugerindo que a crise da dívida do Terceiro Mundo está se movimentando em direção a uma resolução. Mas as boas notícias disfarçam uma realidade sombria. Não podendo contar com novas fontes de capital, quase todos os principais países devedores estão estagnando. Economias maduras para o desenvolvimento estão, na verdade, exportando capitais.

Washington, temendo o descontentamento dos bancos e preocupado com a possibilidade de que um passo em falso poderia abalar a confiança do público em relação ao sistema financeiro, está relutando em forçar o ritmo para a resolução das disputas referentes aos empréstimos concedidos ao Terceiro Mundo. Mas os riscos de uma intervenção oficial empalidecem quando comparados aos custos certos de um adiamento. Além de reduzir as perspectivas de centenas de milhões de pobres do mundo inteiro, o impasse da dívida destrói mercados de importância vital para a saúde das economias desenvolvidas.

Durante os anos 70, os bancos comerciais, os governos e as agências internacionais emprestaram centenas de bilhões de dólares aos países pobres. Uma grande parte do dinheiro foi gasta com bens de consumo, investida em projetos sem valor, ou secretamente reciclada para contas bancárias no Exterior. A capacidade dos devedores em aumentar suas receitas de exportação não aumentou com suas dívidas, cada vez maiores.

A incapacidade do pagamento do México em 1982, depois do colapso nos preços do petróleo, expôs dramaticamente as fraquezas dos devedores. Os novos empréstimos sumiram. A dívida, no entanto, continuou se acumulando, na medida em que os devedores não conseguiam sequer saldar as suas obrigações de juros. Atualmente, 17 grandes devedores devem cerca de US\$ 485 bilhões, principalmente a credores privados.

Se um único devedor estivesse se separando com um único credor, um acordo para reduzir os termos referentes às dívidas antigas e para estabelecer condições para novos empréstimos provavelmente já teria sido feito há muito tempo. Na verdade, centenas de credores com variados riscos de exposição, operando sob variadas regulamentações nacionais, se deparam com dúzias de devedores com diferentes vontades políticas e capacidades econômicas.

Os bancos altamente envolvidos resistem às concessões que os forçariam a cortar uma grande parte do seu valor líquido. Todos eles resistem a concessões aos países mais pobres, porque isto criaria precedentes para os países devedores de rendimentos médios. Os países devedores temem a ira popular caso aceitem termos mais severos do que os seus vizinhos.

Não existe qualquer solução baseada no mercado à vista, mas também não existe um prazo final para que se chegue a um acordo. O caminho mais fácil seria deixar que os credores e os devedores se debatessem até conseguirem resolver seus problemas. Por que não?

Porque esta atitude é impressionantemente dispendiosa. Os padrões de vida nos principais países devedores caíram em média 11% no decorrer dos sete últimos anos. Sem novas injetões de capital, potências econômicas regionais como o Brasil e a Nigéria não terão uma chance de se modernizar. A recuperação do Terceiro Mundo também é de importância crítica para se equilibrar o balanço comer-

cial dos Estados Unidos. As exportações norte-americanas à América Latina diminuiriam acentuadamente e não irão se recuperar enquanto a região não tiver acesso ao capital estrangeiro.

Os princípios para uma ampla solução do problema da dívida estão razoavelmente claros:

— O plano do Morgan Guaranty para o México oferece um modelo geral. Os credores terão de comercializar um perdão parcial das dívidas em troca de títulos líquidos garantidos pelos governos ou pelas agências internacionais.

— Toda a economia norte-americana se beneficiaria de uma resolução global da dívida. Por este motivo, faz sentido desarmar a oposição dos bancos concedendo-lhes vantagens fiscais especiais.

— Os bancos privados não irão fornecer voluntariamente as centenas de bilhões de dólares que poderiam ser investidos lucrativamente no Terceiro Mundo no decorrer da próxima década. Qualquer pressão sobre os bancos resultaria apenas num perigo para o sistema financeiro mundial. O dinheiro deve ser fornecido por governos ou por empresas sob a forma de investimentos em valores mobiliários.

— É razoável pedir que os maiores poupadões do mundo, a Europa Ocidental e o Japão, fornecem a maior parte do capital para o Terceiro Mundo. Não é prático pedir que eles fiquem com uma parcela desproporcional do risco. A maneira de se dividir estes riscos é através de agências multilaterais de empréstimos, como o Banco Mundial.

Washington é capaz de apresentar dúzias de desculpas para a inatividade, como uma oposição ideológica a interferências em mercados livres e uma escassez de verbas governamentais para acelerar um acordo. De uma ou outra maneira, porém, o problema precisa ser enfrentado. Ignorá-lo equivale a abdicar da liderança moral e também a colocar em perigo a saúde econômica da própria América."